

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Pesquisadores delimitam possível local de vazamento.....	2
Título: Curta.....	3
Título: Energia renovável: o Brasil terá “sorte” duas vezes?	4
Título: Destaques	6
Título: Cesp reduz perdas e amplia geração de caixa, mas ainda acumula passivos.....	7
Título: Nova Engevix negocia venda da hidrelétrica São Roque	8
Título: Minério cai 7,9% e Brent fecha estável.....	9
Título: Petrobras estuda cabotagem para gás	11
Título: Rio Tinto tem gasto extra na Austrália	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Olho na mancha	13
Título: Uma certa dimensão do desastre	14
Título: Óleo chega a Porto Seguro e praia da 1ª missa	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Petrobras retoma análises sobre terminal flutuante para escoar gás produzido no pré-sal.....	17
Título: Pé na areia	18
Título: Governo não convocou técnicos especialistas em óleo do Ibama	19
Título: Óleo atinge Porto Seguro, na Bahia, e se aproxima de Abrolhos	21
Título: Pescadores de praias atingidas por óleo relatam queda de até 80% nas vendas	22
Título: Justiça manda União integrar estados em plano para conter óleo	24
Título: Partido Novo decide suspender temporariamente Ricardo Salles	25
Título: STF arquiva pedido para indenizar índios atingidos pela ditadura	26

VEÍCULO: O Globo.....	27
Título: Ainda o sucesso da Cessão Onerosa	27
Título: Óleo no Nordeste: Cientistas recomendam cautela a banhistas e consumidores de peixe	28
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	30
Título: Divergência na origem do óleo	30

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo

Título: Pesquisadores delimitam possível local de vazamento

Três possíveis áreas de origem do petróleo estão entre 350 quilômetros e 600 quilômetros da costa

Pesquisadores identificaram três regiões no oceano onde poderia ter ocorrido o derramamento de petróleo que afeta o litoral nordestino. As três áreas estão entre 350 quilômetros e 600 quilômetros da costa de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

O estudo foi feito por pesquisadores do Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia (Lamce) da Coppe-UFRJ, a pedido da Marinha. Utiliza uma modelagem matemática inversa de dispersão do óleo. Ou seja: um programa de computador faz o caminho contrário das manchas de petróleo que chegaram às praias, a partir de uma série de dados e variáveis, como a profundidade marinha e as possíveis rotas do petróleo pelas correntes marítimas ao longo dos dias.

Foram modeladas 80 possíveis trajetórias, explica o oceanógrafo Luiz Paulo Assad, professor convidado do programa de engenharia civil da Coppe e professor do departamento de meteorologia da UFRJ.

Foi assim que os pesquisadores chegaram a três regiões de maior probabilidade da origem do derramamento: uma área está localizada a 350 km da costa da Paraíba; outra, a aproximadamente 600 km da divisa entre Pernambuco e Alagoas, e a terceira, a 400 km da divisa entre Alagoas e Sergipe. “Desta maneira temos menos incertezas”, diz o professor Assad.

O projeto é um desdobramento de um esforço iniciado há 15 dias pelo mesmo grupo de pesquisadores para localizar a origem do desastre. “O objetivo do estudo”, disse em nota a assessoria de imprensa da Coppe, “é subsidiar ações investigativas para diminuir o esforço exploratório” de encontrar o local de início do desastre.

Por enquanto, as hipóteses mais prováveis para o derramamento seriam o lançamento do petróleo ao mar por algum navio que sofreu instabilidade ou um vazamento ocorrido durante operações de passagem do petróleo de um navio ao outro em alto-mar. A possibilidade de ter sido um naufrágio não foi completamente descartada.

Há dois dias, pesquisadores das universidades de Alagoas (Ufal) e do Rio de Janeiro (UFRJ) divulgaram imagem de uma mancha a 200 km² a 50 km da costa da Bahia. A Marinha, o Ibama e a Petrobras disseram ter analisado a mancha e descartaram que se tratasse de petróleo. Assad menciona que até uma grande concentração de algas pode parecer com vazamento de petróleo em imagens de satélite.

O próximo passo dos estudos do grupo de pesquisadores será tentar entender o caminho do petróleo e calcular se pode chegar às praias do Sudeste. Ontem novas manchas foram encontradas no sul da Bahia, em praias de Trancoso e Arraial D’Ajuda. “O problema é que não sabemos quanto petróleo ainda tem no mar, e isso dificulta nossas análises”, diz o professor Assad.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curta

Consumo de energia

O consumo de energia no Brasil em setembro alcançou 39.183 gigawatts-hora (GWh), com alta de 0,6% em relação a igual mês de 2018, informou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). No acumulado do ano até setembro, o consumo

alcançou 358.260 GWh, com alta de 1,1% ante o os primeiros nove meses do ano. Nos últimos 12 meses, o consumo foi de 478.651 GWh, alta de 1,2%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Renato Flôres Jr e Ruderico Pimentel

Título: Energia renovável: o Brasil terá “sorte” duas vezes?

A velha eletricidade, quem diria, está de cara nova! Historicamente conservador e com um modelo de negócios fixado no início do século XX, o setor elétrico está finalmente se transformando a olhos vistos. Novas fontes de energia, geração distribuída, carro elétrico, livre escolha do supridor pelo consumidor, preços horários...

Como pano de fundo, estão as ameaças de aquecimento global e a necessidade de soluções tempestivas sendo que, nessa temática, é preciso assumir posições. Desde já nos colocamos na defesa das soluções energéticas sustentáveis. Os principais paradigmas da revolução industrial, construída sobre o carvão mineral e o petróleo, estão encontrando seus limites e precisam ser redesenhados em um mundo cada vez mais elétrico.

Política comprometida com a sustentabilidade pode preservar a qualidade da matriz obtida no passado

No Brasil, os tipos de geração e as características do mercado de eletricidade estão mudando. O que nem sempre se destaca é que o chamado “campo institucional” do setor se transformou e hoje já é outro, com novos atores, associações e lobbies, com todas as suas aspirações e interesses e suas implicações sobre a política energética.

A “matriz elétrica” brasileira herdada do passado é uma das mais limpas do mundo, com reduzidas emissões de gases efeito estufa. Isso não aconteceu por conta de objetivos sustentáveis, mas por uma estranha “sorte”. Como ao longo de grande parte do século XX o país quase não tinha nem petróleo nem carvão, a opção hidrelétrica se mostrou impositiva.

A exploração ampla dos recursos hidrológicos não produziu nenhuma “maldição”, como acontece às vezes com o petróleo e outros recursos muito abundantes. Ao contrário, evitou significativas importações alternativas de combustíveis, além de ter motivado a instalação de um parque industrial de suporte. Promovidas durante várias décadas, superaram toda as inúmeras fases de desorganização econômica que o país viveu, produzindo eletricidade a

preços competitivos, ainda que frequentemente depreciados, e tornando o “de noite falta luz” apenas uma lembrança de alguns carnavais.

O desenvolvimento de novas grandes usinas, porém, parece estar alcançando seus limites. Como a maior parte dos projetos ainda viáveis se situam na região amazônica, a sociedade brasileira parece estar optando pela sua interdição, diante dos possíveis impactos sobre a região. Além disso, os principais atores que as propunham e defendiam, as grandes construtoras, perderam força política pelo envolvimento em casos de corrupção, além das empresas estatais, em grande parte privatizadas e/ou sem recursos. A Eletrobras, sua maior desenvolvedora, está em vias de privatização, e atingida pela infeliz MP 579, teve sua capacidade de endividamento reduzida.

A perda de suporte político e de atores com fôlego para bancarem os riscos, aliada aos complexos problemas ambientais, reduziram as perspectivas de novas usinas hidrelétricas, mesmo nos casos em que a racionalidade ainda fala em seu favor. É preciso que se distinga os fatores racionais contra a sua expansão da mera falta de apoio político e não se inviabilize sem cuidadoso exame projetos que ainda permitiriam evitar um aumento da geração a combustíveis fósseis.

Felizmente, ao lado das correntes limitações ao desenvolvimento hidrelétrico, os preços da geração eólica e solar caíram muito e essas novas opções renováveis, lançando mão de recursos abundantes no país, se mostram promissoras e mesmo dominantes no cenário futuro. Será que teremos “sorte” outra vez?

Promovidas principalmente por um conjunto de leilões para o mercado regulado entre 2005 e 2019, o país conta hoje com cerca de 15 GW de capacidade instalada em plantas eólicas e mais de 2 GW em solares (uma onda mais recente), sendo que seus preços se reduziram dramaticamente ao longo do tempo. Nesse curto período, as eólicas já permitiram ao Brasil constituir o maior parque industrial (de “montadoras”) na América do Sul e espera-se que, quando o mercado de eletricidade voltar a crescer, o mesmo aconteça com a energia solar. Abrem-se alternativas tecnológicas e empregos de qualidade. Junto com o aproveitamento da biomassa e de outras formas de geração renovável, uma política comprometida com a sustentabilidade pode preservar a qualidade da matriz obtida no passado.

O maior desafio na utilização ampla dessas novas formas está na gestão de sua intermitência, que pede complementação de “estoques” de energia, seja em baterias, seja em reservatórios de hidrelétricas, capazes de balancear sua volatilidade. E aqui, além do melhor aproveitamento dos reservatórios existentes, fica a necessidade de serem seriamente examinadas usinas de

bombeamento, reversíveis, que possam gerar nos períodos de maior demanda ou de indisponibilidade das renováveis. Também, preços horários que induzam a valorização econômica desses estoques, diferenciando o valor da eletricidade por local, estação do ano e hora, precisam ser gradualmente implementados.

Todavia, outra irônica dificuldade para a preservação da matriz limpa é estarmos vivendo grandes descobertas de gás natural no pré-sal, o que naturalmente impõe a busca de novos mercados e o aumento de seu uso.

No setor elétrico brasileiro, essa expansão precisa encontrar limites. Enquanto em geral o gás é visto como energia de transição, substituindo o carvão e o petróleo e reduzindo a cerca de metade suas emissões, aqui não é bem assim. Uma entrada maciça de gás natural no setor elétrico se daria “substituindo” uma expansão realizada por fontes renováveis. Seria melhor buscar-se, para os excedentes, outros mercados incluindo a exportação para países onde esta forma de energia representa de fato uma transição para a redução do carbono.

Com uma nova “sorte”, com a ampla disponibilidade de vento e sol, pode-se não apenas escapar das formas poluentes, como aproveitar as novas, renováveis, e todos os seus impactos sobre a sociedade, com a incorporação de avanços tecnológicos e a inserção em novas cadeias de produção. Teremos “sorte” outra vez?

Por fim, é preciso entender a abrangência dessas mudanças; elas ultrapassam os aspectos energéticos. Há que formar os recursos humanos e promover, além das indústrias, os centros de pesquisa, para não se perder mais uma revolução tecnológica, centrada no processamento de recursos naturais que aqui são tão abundantes. Ajudaria muito termos um projeto institucional sustentável de país e um alinhamento das mentalidades nessa direção.

Renato G. Flôres Jr é Diretor do FGV NPII - Núcleo de Prospeção e Inteligência Internacional e Professor da FGV EPGE.

Rudérico F. Pimentel é analista do FGV NPII, ex-diretor da Eletrobras e PhD pela London School of Economics.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Os custos da Petrobras com a limpeza das praias nordestinas não terão impacto relevante no balanço financeiro da empresa, disse o diretor de assuntos

corporativos da estatal, Eberaldo de Almeida. Segundo ele, não há uma previsão de quando o ressarcimento será feito. O executivo reiterou, ainda, que não dúvidas de que o óleo é venezuelano, embora ainda não tenha sido identificada a origem do vazamento. “Estamos contabilizando [custos]. Não chega a ser um contrato. É algo que acontece entre partes relacionadas e a própria lei estabelece que o governo, ao solicitar [ajuda da Petrobras] tem que ressarcir a empresa, já que ela tem ações no mercado e o acionista minoritário pode ser prejudicado. Isso foi colocado pelo Ibama desde o início, está documentado e estamos contabilizando tudo”, disse o diretor, após participar da OTC Brasil, no Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata — De São Paulo

Título: Cesp reduz perdas e amplia geração de caixa, mas ainda acumula passivos

Após um ano do leilão que privatizou a Companhia Energética de São Paulo (Cesp), os resultados financeiros mostram uma empresa em trajetória de recuperação, mas ainda com muitos passivos e pendências herdadas da ex-estatal.

No terceiro trimestre, o grupo teve prejuízo líquido de R\$ 8 milhões - resultado negativo, mas melhor que os R\$ 102 milhões de perdas registradas há um ano.

A geração de caixa medida pelo Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R\$ 223,4 milhões no período, mais de sete vezes superior aos R\$ 30,3 milhões registrados há um ano.

Para Mario Bertoncini, diretor presidente da empresa - que hoje tem como acionistas a Votorantim e o fundo de pensão canadense CPPIB -, ainda não chegou o momento de falar em crescimento da companhia.

“Não é a hora. Entendemos que temos um dever de casa interno enorme, que passa pela redução do risco, pela equalização de custos e despesas. Por enquanto, o foco é preparar a Cesp para uma etapa futura, provavelmente de crescimento, mas ainda não chegou esse momento”, disse o executivo, em teleconferência com analistas realizada ontem.

Uma das principais tarefas da empresa é a redução dos enormes passivos, fruto de pendências judiciais. Desde julho, a gestão reduziu as contingências em R\$ 759 milhões. Isso foi possível devido a decisões favoráveis e negociações judiciais concluídas nos últimos meses, segundo Bertoncini. No entanto, ainda restam R\$ 11,6 bilhões em pendências, sendo R\$ 7,3 bilhões com risco de perda provável.

Um dos principais imbróglis jurídicos, porém, ainda segue em aberto: a disputa com a União pela indenização da hidrelétrica de Três Irmãos. A expectativa da Cesp é que haja uma conclusão para o caso até o primeiro semestre de 2020, segundo Bertoncini.

Outro destaque no terceiro trimestre foi a forte redução da alavancagem da empresa, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado. A taxa ficou em 2,4 vezes, ante 4 vezes registrados no trimestre anterior, terminado em junho.

A melhora do índice ocorreu principalmente pelos ganhos na geração de caixa medida pelo Ebitda. Além disso, a dívida líquida recuou: foi de R\$ 1,4 bilhão, no 2º trimestre, para R\$ 1,33 bilhão, no 3º trimestre.

Bertoncini também destacou a aprovação da comercializadora da Cesp, que deverá começar suas atividades em 2020, já na virada do ano. A empresa recebeu, na semana passada, as autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para operar, informou o executivo ainda na teleconferência.

A princípio, a comercializadora começará com atividade moderada, e por isso ainda não é possível antecipar as expectativas de resultados para a operação, afirmou. “A trading nasce com uma governança importante. Ela terá alguma liberdade para montar posições, respeitados níveis de risco pré-estabelecidos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Nova Engevix negocia venda da hidrelétrica São Roque

Com 142 megawatts (MW) de capacidade instalada, a usina está 80% concluída e ainda necessita de R\$ 360 milhões de investimentos

A Nova Participações, novo nome da Engevix, dona da hidrelétrica de São Roque (SC), vencedora do leilão A-6 realizado em meados do mês, está em negociações para a venda do empreendimento para outros investidores. Com 142 megawatts (MW) de capacidade instalada, a usina está 80% concluída e ainda necessita de R\$ 360 milhões de investimentos.

“Estamos buscando investidor para retomar [o empreendimento]. Esse contrato [arrematado no leilão A-6] é de longo prazo. Isso ajuda nessa retomada, agrada muito o perfil de investidor e também nos ajuda bastante com os bancos, uma vez que o contrato é um marco de garantia de financiamento”, disse Filipe Koefender, diretor da hidrelétrica e diretor de novos negócios da Nova Participações.

A usina de São Roque havia vencido o leilão de A-5 de 2011, porém o projeto não chegou a ser concluído, devido aos desdobramentos do envolvimento da Engevix nas investigações da Lava-Jato, que apurou esquema de corrupção envolvendo empreiteiras, estatais e políticos. A companhia, então, passou por uma reestruturação, por meio da qual José Antunes Sobrinho, um dos proprietários, adquiriu a participação dos demais sócios.

Em 2016, a usina teve o contrato de venda de energia rescindido com as distribuidoras, por meio de um mecanismo viabilizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Com o novo contrato vencido no leilão deste ano, a usina volta a ter compromisso de entrega de energia de longo prazo. Segundo Koefender, em comparação com os R\$ 99 por megawatt-hora (MWh) negociados no leilão de 2011, mesmo aplicando-se o efeito da inflação, o valor contratado desta vez (R\$ 157 o MWh) é superior. “A tarifa é melhor”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Chiara Quintão — De São Paulo

Título: Minério cai 7,9% e Brent fecha estável

Tensão comercial entre Estados Unidos e China ditou as negociações de preços no mês passado

Outubro termina com os preços do minério de ferro e do barril do petróleo em desaceleração. No porto chinês de Qingdao, o valor da tonelada do minério com teor de 62%, fechou o mês com uma queda de 7,9%, sendo negociado no

mercado transoceânico a US\$ 85,97 a tonelada. Já no acumulado do ano, a alta é de 18,2%.

Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, as cargas nos portos chineses eram comercializadas a preços semelhantes ou ligeiramente inferiores aos de quinta-feira. Conforme outra fonte ouvida pela “Fastmarkets MB”, as incertezas em relação às restrições de produção das siderúrgicas no norte da China ainda pesam nas percepções do mercado de minério.

Para o analista de siderurgia, mineração e bens de capital da Tendências Consultoria, Felipe Beraldi, a queda nos preços apresentada em outubro se explica pela melhora no lado da oferta, principalmente no Brasil, e no lado da demanda um desaquecimento da economia mundial com as tensões entre Estados Unidos e China.

“O preço de valorizou muito até julho com a queda na oferta no Brasil e na Austrália e com a alta da demanda do consumo chinês. Depois disso, as coisas se ajustaram, com a retomada dos maiores produtores. Agora, a tendência é que o preço se estabilize em torno desse valor, na faixa de US\$ 80 a US\$ 85 a tonelada”, afirmou o analista.

Segundo ele, no mês passado a China apresentou desaquecimento da siderurgia chinesa em função do fechamento de algumas usinas que eram consideradas poluentes pelo governo daquele país. “Esse movimento deve se refletir no restante do ano. Os estoques chineses também devem reagir, mostrando a tendência de que o mercado deve sair do aperto entre demanda e oferta”, ressaltou Beraldi.

No mundo do petróleo, o barril do Brent apresentou ligeira queda de 0,97% em outubro, sendo negociado a US\$ 60,19. No acumulado do ano, até outubro, a alta é de 11,9%. Para o ano, a expectativa é que os preços não devem apresentar grande variação, pois não há expectativas de mudanças significativas na demanda ou na oferta de petróleo no mundo.

“Temos que monitorar a economia global, com a possibilidade de um acordo entre os Estados Unidos e China o que pode melhorar o desempenho econômico dos países e com isso a demanda pela commodity. Mas, por enquanto, não há indicativos de que ocorra um movimento nesse sentido. Outubro foi um mês meio ‘chato’”, disse o analista de energia e petróleo da XP Investimentos, Gabriel Francisco.

Para o analista, a estimativa de preço para o ano não devem apresentar “grandes saltos” até dezembro. Segundo ele, o barril do Brent deve ser negociado ao patamar de US\$ 60. “O lado da demanda deve ser observado até

o final desse ano. A decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), por exemplo, pode dar um direcionamento para o preço.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras estuda cabotagem para gás

Os navios de liquefação são uma alternativa aos gasodutos marítimos e permitem exportar o produto

A Petrobras estuda trazer a sua produção de gás natural do pré-sal até a costa por meio de cabotagem pelo litoral brasileiro, disse ontem o gerente-executivo de gás natural da estatal, Rodrigo Costa Lima e Silva. Os navios de liquefação (FLNGs, na sigla em inglês) são uma alternativa aos gasodutos marítimos e permitem, ainda, exportar o produto.

Segundo o gerente da estatal, a liquefação flutuante é uma das alternativas avaliadas pela petroleira, para dar conta do aumento esperado da produção. A expectativa é que a infraestrutura atual de gasodutos de escoamento comece a saturar já em meados da próxima década.

Silva explicou que os navios de liquefação são uma opção que combina com as características do mercado brasileiro de gás, cuja demanda é volátil, devido ao consumo expressivo pelas termelétricas. O gerente disse, no entanto, que a companhia monitora oportunidades não só dentro do mercado doméstico, como também opções de comercialização internacional de gás natural liquefeito (GNL).

“Se nossos projetos [de exploração nas Bacias de Campos e Santos] forem bem-sucedidos, entre 2025 e 2030 vamos precisar de uma nova infraestrutura: gasodutos, unidades de processamento e até mesmo um FLNG para fornecer flexibilidade. Isso porque temos uma volatilidade da demanda termelétrica e nossa perspectiva é que o mercado de gás vai crescer por meio de novas usinas a gás. Estamos estudando soluções que se adequem a essa situação”, afirmou o gerente, durante participação na OTC Brasil, feira do setor de petróleo e gás que se encerrou ontem no Rio de Janeiro.

O executivo da Petrobras disse que a expectativa da companhia é concluir, até 2022, as análises sobre as soluções que serão utilizadas para o escoamento da oferta crescente de gás.

Em 2009, a Petrobras chegou a abrir uma concorrência para contratação de um projeto de engenharia para um navio de liquefação. O processo, na época, não avançou, devido aos elevados custos de implementação desse tipo de solução. Para Silva, no entanto, a tecnologia evoluiu no mercado desde daquele ano.

“Atualmente, no mundo, já vemos alguns projetos que estão fazendo a liquefação offshore. É uma tecnologia que avançou bastante e o mercado já tem um conhecimento maior [sobre a tecnologia] se comparado há dez anos atrás. Mas há desafios enormes para trazer esse tipo de solução a custos mais baixos, no cenário de preço de petróleo e gás cada vez mais desafiadores”, afirmou o gerente da estatal.

Silva disse, ainda, que qualquer investimento da companhia na infraestrutura de gás, daqui para frente, “seguramente” será feita por meio de parcerias com companhias privadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume — Financial Times

Título: Rio Tinto tem gasto extra na Austrália

A mineradora informou que o custo de manter em funcionamento suas minas de ferro em Pilbara será US\$ 500 milhões maior

A Rio Tinto assinalou que terá até US\$ 500 milhões de gastos extras em ativos e infraestrutura em seu principal negócio de minério de ferro na Austrália. Logo antes de uma atualização para investidores ontem, a mineradora informou que o custo de manter em funcionamento suas minas de ferro em Pilbara aumentará para entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão por ano, acima de uma estimativa anterior de cerca de US\$ 1 bilhão.

Chris Salisbury, chefe da área de minério de ferro da Rio Tinto, disse que alguns de seus ativos precisavam ser modernizados, entre eles a principal unidade de processamento de sua mina Tom Price.

“Está na hora de substituir parte da frota... mas também estamos gastando dinheiro com alguns ativos que são bem antigos. Por exemplo, o concentrador na Tom Price. Ele precisa de atualização estrutural. Está conosco há 50 anos.”

A Rio Tinto reduziu suas previsões para o minério de ferro três vezes neste ano. A última foi em junho, quando a empresa afirmou que as vendas da commodity em 2019 ficariam entre 320 milhões e 330 milhões de toneladas - abaixo da estimativa de entre 333 milhões e 343 milhões de toneladas - por causa de problemas operacionais.

Salisbury disse que esses problemas, que custarão cerca de US\$ 80 milhões para serem resolvidos, já estão sob controle. Os carregamentos de suas unidades de ferro na Austrália devem aumentar em até 5%. A meta de longo prazo da Rio Tinto é despachar 360 milhões de toneladas, algo que pode alcançar assim que concluir a primeira fase de uma nova mina, chamada Koodaideri.

Em uma entrevista recente ao Financial Times, o executivo-chefe da Rio Tinto, Jean-Sébastien Jacques, admitiu que a decisão de adiar algumas despesas de capital durante uma retração nos mercados de commodities em 2013 colocou “sob pressão” seus negócios de minério de ferro na Austrália. “Isso é absolutamente claro.”

Na atualização de ontem, a Rio Tinto informou que um novo plano para a Oyu Tolgoi, enorme mina subterrânea de cobre que a empresa desenvolve no deserto de Gobi, na Mongólia, seria concluída no primeiro semestre do ano que vem, e a estimativa final de custo seria apresentada na segunda metade do ano.

Em julho, a Rio Tinto alertara que as condições difíceis do terreno significariam um atraso de 16 a 30 meses para o início da produção, e um custo excedente de US\$ 1,2 bilhão a US\$ 1,9 bilhão.

Sobre os ativos de alumínio na Austrália, a Rio Tinto disse que a viabilidade é afetada pelos preços de “energia não competitivos internacionalmente”. “Estamos trabalhando em estreita colaboração com os fornecedores de energia e com o governo para encontrar solução para este desafio... mas a situação claramente não é sustentável”, disse o chefe do setor de alumínio, Alf Barrios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Olho na mancha

Direto da fonte

A chegada das manchas de óleo ao sul do litoral baiano “acendeu um sinal” para o governo paulista. Luis Ricardo Santoro, da Secretaria do Meio Ambiente, acaba de ser escalado pelo secretário Marcos Penido para comandar uma equipe – que incluirá especialistas da Cetesb, Instituto Florestal, Sabesp, DAEE e Instituto Geológico, entre outros. Na agenda do grupo, por enquanto, estão sendo programados encontros e debates com prefeituras do litoral e comunidades de pescadores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Fernando Gabeira

Título: Uma certa dimensão do desastre

O desastre no Nordeste não é apenas desconcertante pelo mistério de sua origem, a imprevisibilidade da aparição do óleo. Ele encerra, espero, um ano de grandes turbulências ambientais no Brasil. Tivemos incêndios na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado, em importantes parques nacionais, como o da Serra do Cipó, chamado de Jardim do Brasil pelo paisagista Burle Marx. Fora do Brasil as coisas também não foram tranquilas, sobretudo com os grandes incêndios na Califórnia. Incêndios na Amazônia, no Pantanal ou mesmo na Califórnia acontecem quase todos os anos, mas têm sido mais intensos. E em alguns lugares cai a disponibilidade de água. Tudo indica que entramos numa era irreversível de eventos extremos. Isso num momento em que temos um governo despreparado para encarar essa dramática dimensão.

E dificilmente, a julgar pela reação às manchas de óleo no Nordeste, conseguirá acompanhar o seu tempo. Bolsonaro, por exemplo, não foi ao Nordeste, não entendeu a gravidade do problema, não esboçou um gesto pessoal de solidariedade. Isso é o bê-á-bá da conduta de um presidente. Existem vários fatores que obliteram sua visão. Um deles é entender o desastre ambiental como uma luta política. Achar um culpado à esquerda, desafiar ONGs, enfim, em vez de se preocupar com o oceano, prefere alvejar seus adversários. Bolsonaro não percebe a riqueza e a complexidade dos oceanos. Digo isso porque o observo com atenção. Logo após a vitória na eleição de 2018, seu projeto era fundir os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. A visão que tinha do meio ambiente se limitava às florestas, aos rios e às plantações.

Ignorava não apenas os oceanos, como também os graves problemas ambientais das metrópoles. Bolsonaro não apenas é incapaz de compreender os oceanos. Ele pensa em urbanizá-los. Multado por um fiscal do Ibama pescando na Estação Biológica de Tamoios, resolveu que a unidade de conservação deve acabar, pois Angra dos Reis será transformada numa Cancún com a grana da

ditadura saudita. Por mais importante que seja para a pesquisa da vida marinha, Bolsonaro a vê como inútil. Esse é o contexto de sua ausência no Nordeste. Por que, com essa bagagem cultural, iria importar-se com recifes e corais num território governado pela oposição?

O governo não apenas deixou de acionar o plano nacional de contingência para esse tipo de desastre, como se recusou a coordenar diretamente os esforços estaduais e municipais. Coordenar no nível mais alto, uma vez que a coordenação operacional até que existiu nos dois centros montados em Salvador e no Recife. O ministro do Meio Ambiente designou a Marinha como coordenadora 41 dias depois de ela estar de fato trabalhando no desastre. Se dependesse de ele acordar, seriam 41 dias perdidos. Ele foi duas vezes ao Nordeste. Tanto em Sergipe como na Bahia, não falou com os governadores, nem mesmo com o prefeito de Salvador. O ministro do Turismo foi ao Nordeste. Disse que uma praia estava própria para o banho sem consultar as autoridades ambientais de Pernambuco. Como se isso pudesse ser definido a olho nu. Esse modo tosco de governar não impediu que, em algumas dimensões, a máquina tenha funcionado.

O Ibama trabalhou pesado. Encontrei seus funcionários nas praias mais remotas e até trocamos informações. A propósito disso, concluí nessas viagens que as melhores notícias vêm da sociedade. O voluntariado, que já existia no Brasil, aparece agora também como um dado irreversível, sobretudo apoiado nas redes sociais. Essa nova força é que nos pode inspirar na formulação de políticas para um tempo de mudanças climáticas. Na Universidade da Bahia um professor concebeu o sistema de coleta de óleo com redes de pescadores. Os pescadores dispuseram-se a trabalhar para evitar que o óleo chegue a Abrolhos. O Ibama liberou redes apreendidas no passado e que estavam estocadas. É uma tentativa válida. Em Pernambuco os voluntários entregaram-se à tarefa com intensidade maior, por exemplo, do que vi na Galícia. Em compensação, lá todos estavam de macacão, luvas e óculos especiais.

Essa dificuldade parece ter sido superada pelos Guardiões do Litoral, um grupo que limpa as praias e tenta descontaminar mangues e corais. Ali estão equipados devidamente. O que não evita uma ou outra dor de cabeça, pela combinação do cheiro do óleo com o forte calor. A conjugação dessas forças com um governo eficiente é que nos pode preparar nos tempos de aquecimento global. Talvez isso já exista no Japão. O desastre do Nordeste não tem ligação com isso. Mas acontece num oceano castigado, em rápida degradação. Aliás, a importância da proteção marinha já havia subido ao topo da agenda na Conferência Rio+20. Esse governo é incapaz de encarar a tarefa que tem pela frente. Sua eficiência depende da articulação com a sociedade. O ministro do Meio Ambiente, que deveria manter uma relação direta com o voluntariado,

passando informações, agradecendo aquele esforço, preferiu brigar com o Greenpeace, sugerindo que um barco da organização derramou o óleo.

As pessoas retirando óleo das praias e ele produzindo fake news. É um universo paralelo que duvida do aquecimento, desconfia que a organização social, com sua visão crítica do governo, seja um celeiro de marxistas. Aliás, por falar no velho Marx, ele dizia que a humanidade não se coloca um problema que não possa resolver. Ele não contava com transformações climáticas, escassez de recursos hídricos, enfim, com todas essas consequências da produção. Se depender de certos humanos, como Bolsonaro e seu ministro, teríamos mais que um problema sem solução. Teremos algo que nos vai engolir e arruinar. Somos um grande país? Dinossauros também eram grandes. Apenas não souberam se adaptar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Óleo chega a Porto Seguro e praia da 1ª missa

As manchas de óleo que avançam rumo ao sul da Bahia já chegaram a Santa Cruz de Cabrália e a Porto Seguro. A informação foi confirmada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O petróleo cru que se espalha pelo litoral nordestino foi detectado na praia de Belmonte. Cidade histórica e de grande beleza natural, Santa Cruz Cabrália foi o local onde ocorreu a primeira missa no Brasil, celebrada por frei Henrique de Coimbra.

Em Porto Seguro, o óleo já chegou às praias de Prado, Trancoso e Arraial d'Ajuda. E há risco para Abrolhos, segundo os técnicos que monitoram a todo o momento a rota do óleo. "A quantidade de óleo tem sido bem pequena até agora, mas é uma grande preocupação esse movimento da poluição em direção ao sul", disse ao Estado o superintendente do Ibama na Bahia, Rodrigo Alves. Até esta quarta-feira, segundo informações do instituto, um total de 283 localidades de 98 municípios e nove Estados no Nordeste havia sido afetado pela maior tragédia ambiental do País em suas águas.

Colaboração internacional. Protagonista de uma das maiores tragédias do mundo com derramamento de petróleo cru no mar, o Reino Unido está apoiando as investigações brasileiras sobre a origem da substância nas praias do Nordeste. A colaboração internacional tem se dado por meio da organização ITOPE, especializada em medidas de emergência em situações que envolvam vazamento de óleo. A instituição foi fundada em 1968, após a tragédia ocorrida

com um dos primeiros superpetroleiros do mundo, O naviotanque Torrey Canyon. Em 1967, ele naufragou na costa e derramou 119 mil toneladas de petróleo bruto no mar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras retoma análises sobre terminal flutuante para escoar gás produzido no pré-sal

Rio de Janeiro - O gerente-executivo de Gás Natural da Petrobras, Rodrigo Costa Lima, afirmou nesta quinta-feira (31) que a instalação de um terminal flutuante de gás pode ser a solução para escoamento da produção de novos campos do pré-sal. A decisão, diz, tem que ser tomada até 2022 para absorver o crescimento da produção na segunda metade da próxima década e tem que envolver outras empresas produtoras.

A capacidade de escoamento do gás natural é um dos principais obstáculos para a ampliação da oferta da produção do pré-sal, um dos vetores do plano de abertura do mercado, que pode garantir o “choque de energia barata” prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Duas rotas de gasodutos trazem o combustível de plataformas em alto-mar. Uma terceira está sem construção. Juntas, terão capacidade para carregar 54 milhões de metros cúbicos por dia, equivalente a cerca de 80% do volume extraído hoje na bacia de Santos, a maior produtora de gás do país.

Com a perspectiva de novas descobertas, diz Lima, a ampliação da infraestrutura será necessária. A opção por um terminal flutuante, afirmou, garante maior flexibilidade às operações, argumenta o gerente-executivo da Petrobras.

O terminal teria capacidade para liquefazer o gás para transporte em navios até terminais de regaseificação na costa brasileira ou no exterior. A Petrobras chegou a estudar a alternativa há uma década, mas abandonou a proposta diante dos custos.

“Há no mundo cinco projetos de liquefação de gás offshore [no mar]. É uma tecnologia que avançou bastante em relação nesses dez anos”, disse Lima.

Ele frisou, porém, que há ainda desafios para reduzir os custos da tecnologia, considerando que os preços do petróleo e do gás estão mais baixos. Mas ela tem vantagens em mercados dependentes de termelétricas, cujo consumo varia

bastante durante o ano. Quando as usinas estiverem paradas, o gás pode ser exportado.

Qualquer solução para ampliar a infraestrutura de escoamento do gás, porém, depende de novas descobertas e deve considerar parcerias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Pé na areia

Painel S.A

Donos de imóveis localizados à beira de praias afetadas pelo óleo no Nordeste começam a se preocupar com a rentabilidade dos bens. O alerta é maior para quem costuma alugar suas casas no verão. Hoteleiros têm divulgado registros de demanda intacta nas últimas semanas, mas surgem agora os primeiros relatos de ociosidade nas reservas para temporada. O Airbnb ainda não tem estatística consolidada, mas diz estar monitorando. Anfitriões da rede sentem queda no fluxo.

Casa vazia

Com uma residência de dois quartos em frente ao mar registrada no site Airbnb em Fortaleza, Claudia Cavalcante, anfitriã da rede, diz que só teve uma reserva para outubro e novembro, o oposto do cenário dos dois meses anteriores. “Temos praias liberadas, mas quem vê as notícias pensa que o problema é no Nordeste todo”, diz.

Paisagem

A XM2 Soluções Imobiliárias, que aluga apartamentos de alto padrão em Alagoas, Paraíba, Ceará e Recife, sente redução de 50% na procura para o fim do ano, segundo SachaMyrna, dona da empresa. As reservas feitas antes não foram canceladas.

Fuga

Turistas estão desistindo de se hospedar perto da praia, até nos pontos que tiveram menos manchas, segundo Martin Diaz, da Adit (Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico).

Férias

O site Alugue temporada diz ter recebido pedidos de cancelamento pontuais, mas não é possível ainda quantificar o efeito dos vazamentos.

Mariana nunca mais

O Mining Hub, espaço de inovação criado em janeiro em Belo Horizonte pelo setor de mineração para aprimorar processos produtivos na esteira da tragédia de Brumadinho, chega ao terceiro ciclo de aceleração de projetos com seleção de 134 propostas inscritas, ante cerca de cem nas rodadas anteriores.

Lama

A primeira startup do hub acaba de ser contratada por uma mineradora para implantar sistema que busca elevar a segurança de pessoas em áreas de mineração, segundo o Ibram, associação do setor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: Governo não convocou técnicos especialistas em óleo do Ibama

Setor de licenciamento ambiental tem experiência com planos de emergência, mas não foi acionado

São Paulo - O Ministério do Meio Ambiente (MMA) não convocou especialistas de áreas do Ibama que poderiam contribuir com respostas ao vazamento de óleo no Nordeste, segundo servidores deste último.

Uma dessas áreas é o setor de licenciamento ambiental de exploração e produção de petróleo e gás (Cgmac), que acumula experiência com técnicas e novas tecnologias usadas nos planos de emergência contra vazamento de óleo, exigidos pelo Ibama durante o processo de licenciamento.

A Folha apurou que técnicos especializados em vazamentos de óleo se deslocaram para o Nordeste por iniciativa própria na última semana para contribuir com as soluções, a despeito da falta de convocação do MMA.

As ações do Ibama para contenção do óleo nas praias do Nordeste estão concentradas em agentes do setor de emergências ambientais do MMA, que atuam em conjunto com a Marinha e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Como o setor de licenciamento ambiental analisa e aprova os planos de emergência, os técnicos da área conhecem os instrumentos disponíveis na região para responder ao desastre.

Segundo servidores do setor ouvidos pela Folha, mesmo sem convocar técnicos do licenciamento ambiental, a coordenação de operação de resposta à crise deveria ao menos requerer as informações do setor para embasar as ações.

Os equipamentos dos Centros de Defesa Ambiental já disponibilizados pela Petrobras, por exemplo, são mantidos por obrigação do licenciamento ambiental.

Também há outros projetos em curso que poderiam apoiar a ação do Ibama caso fossem acionados pelo governo, como o de comunicação social e relacionamento comunitário, especialmente com comunidades pesqueiras artesanais. O acionamento desses projetos, segundo técnicos do Ibama, seria fundamental para melhorar a comunicação com a população.

Outro projeto mantido pela Petrobras por exigência do licenciamento ambiental é o monitoramento de praias, com equipes especializadas em atendimento a fauna oleada.

Apenas no último dia 25 a Petrobras foi solicitada a compartilhar informações de dois programas de monitoramento de praias feitos em áreas afetadas pelo óleo nos estados do Sergipe e Alagoas.

A Folha teve acesso a um ofício enviado à Petrobras pela coordenação de licenciamento ambiental do Ibama. O pedido é para que as informações dos programas sejam compartilhadas com a unidade de fauna do comando do incidente, já que os programas “têm dentre suas atividades a coleta de carcaças e captura de animais marinhos debilitados encontrados nas praias durante monitoramento regular ou por acionamento”.

O ofício também diz que os monitoramentos devem ser feitos regularmente, “exceto por expressa determinação contrária do Comando do Incidente, o que deverá ser imediatamente comunicado a esta Coordenação [de licenciamento ambiental] pela Petrobrás.”

Em nota publicada na tarde de quinta-feira (31), a Associação dos Servidores do Ibama no Rio de Janeiro (Asibama-RJ) afirma que “causa estranheza o fato de que, apesar do trabalho especializado conduzido pela Cgmac em toda esta região, mantendo uma série de projetos de monitoramento e mitigação, além de bancos de dados oficiais, em nenhum momento o Ministério do Meio Ambiente, como responsável pela articulação dos órgãos do Sisnama [Sistema

Nacional do Meio Ambiente] , tenha requisitado esse conjunto de informações qualificadas”.

O Plano Nacional de Contingência (PNC) prevê a mobilização do Ibama como um todo, além da Marinha e de outros ministérios.

Há dúvida, contudo, sobre a obrigatoriedade de envolvimento de outros atores do governo. Pelo regimento do Ibama, apenas o setor de emergências ambientais é obrigado a responder ao vazamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Cotidiano

Autor: João Valadares

Título: Óleo atinge Porto Seguro, na Bahia, e se aproxima de Abrolhos

Recife - As manchas de óleo que atingem o litoral nordestino desde o dia 30 de agosto chegaram pela primeira vez na tarde de quinta-feira (31) a praias de Arraial D'Ajuda e Trancoso, em Porto Seguro.

Os locais próximos a Abrolhos, santuário marinho no sul da Bahia, estão entre os principais destinos turísticos do estado. As praias de Pitinga, Taípe e Mucugê, que ficam em Arraial D'Ajuda, foram as mais afetadas. Em Trancoso, chegou uma parte fragmentada do petróleo. Em Mucugê, voluntários retiraram o produto da praia e armazenaram em baldes. Grande parte deles não usava todos os equipamentos de proteção necessários para evitar riscos à saúde.

A Prefeitura de Porto Seguro disse que as praias foram prontamente limpas, que foram retirados 200 kg de óleo e que a cidade segue em “total estado de alerta”. A grande preocupação é de que o material chegue até o Parque Nacional de Abrolhos, considerado um dos principais berços de biodiversidade marinha do Atlântico Sul.

Também na quinta-feira (31), a praia de Arembepe, em Camaçari (50 km de Salvador), voltou a ser tomada pelo óleo. Manchas com até 1 m de comprimento atingiram a faixa de areia entre a aldeia hippie e o emissário submarino. Um trecho com pedras também foi manchado. Arembepe é um dos balneários mais movimentados do litoral norte.

Voluntários se mobilizam desde o final da manhã para retirar o óleo. Como é grande a quantidade da substância tóxica, a orientação é utilizar equipamentos de proteção individual completos.

Colaborou João Pedro Pitombo, de Salvador

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Cotidiano

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Pescadores de praias atingidas por óleo relatam queda de até 80% nas vendas

Camaçari (BA) - O barco de Anderson Carvalho, 22, está encostado na areia da em Jacuípe (40 km de Salvador), no trecho em que o rio encontra o mar. Não saiu do lugar nos últimos 20 dias, desde que as primeiras manchas de óleo começaram a chegar à região.

Ele aproveitou o momento ruim para fazer a manutenção do seu barco e das redes de pesca.

“O pescador não vai para ao mar porque não vale a pena. De que adianta ter custos com o combustível, com auxiliares, com manutenção para voltar e ficar com o peixe enfurnado na geladeira?”, questiona.

Anderson afirma que os pescadores artesanais da região tiveram uma queda de até 80% nas vendas desde a chegada do óleo. O panorama é o mesmo para cerca de 43 mil pescadores de cidades do litoral da Bahia atingidas pelo vazamento.

Em Jacuípe, o vaivém dos pescadores durante o início das manhãs deu lugar um cenário modorrento, em que quase nenhum barco está no rio ou no mar. Os pescadores reclamam da falta de apoio do poder público e, sobretudo, da disseminação da informação de que o todo o pescado da região está contaminado.

Um estudo da Universidade Federal da Bahia analisou 50 animais marinhos e identificou a presença de óleo em todos eles. Os pesquisadores, contudo, evitam falar em contaminação, que só poderá ser identificada em uma segunda etapa do estudo, que vai verificar a existência de metais pesados no pescado.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem afirmado que não há contaminação do pescado nas áreas atingidas pelo óleo.

“As áreas e os pescados estão sãos. Nós não tivemos nenhuma notificação de contaminação”, afirmou o secretário nacional da Pesca, Jorge Seif Júnior, em um vídeo publicado na quarta-feira (30) em uma rede social.

Na praia da Espera, em Itacimirim (a 50 km de Salvador), parte dos pescadores já retomou o trabalho, mas ainda há reclamações sobre a baixa procura. Na quarta-feira (30), o pescador Genildo dos Santos, 33, voltou do mar com um isopor com cerca de uma dúzia peixes, mas sem esperança de vendê-los: tudo irá para o consumo dele e da família.

“Ninguém quer comprar porque está todo mundo dizendo que o nosso peixe está contaminado, mas eu sempre digo que não está. Não teve nenhum peixe morto aqui na praia”, diz Genildo.

Juarez Rodrigues dos Santos, 34, tem o mesmo discurso na ponta da língua: diz que os pescadores da região vão pescar a cerca de sete quilômetros da costa e que não há risco de contaminação para quem consumir os peixes.

Pescador em tempo integral, ele reconhece que houve uma redução nas vendas do pescado e diz que a renda familiar caiu abruptamente. “Nós precisamos cuidar da família. Temos filhos que precisam de alimento, de remédio, temos que pagar nossas contas”, diz o pescador.

Na última semana, o governo federal estendeu o pagamento de seguro defeso para cerca de 60 mil pescadores das cidades atingidas pelo óleo. Na terça-feira (29), ampliou o pagamento a pescadores de camarão e de lagosta.

Nos dois casos, o prazo do benefício, que é concedido a pescadores no período de proibição da pesca comercial, foi estendido até o final do ano. Em condições normais, ele é pago de três a cinco meses por ano, dependendo da área de pesca e da espécie do pescado.

Cada pescador beneficiado receberá dois pagamentos extras, um em novembro e outro em dezembro, no valor de um salário mínimo: R\$ 998.

A extensão do benefício, contudo, não chegou a marisqueiros e catadores de siris e caranguejos. O governo afirma que está estudando uma ampliação do benefício para esses profissionais. De acordo com levantamento da Folha, pelo menos 144 mil pescadores e marisqueiros podem ser prejudicados.

Com o barco fincado na areia na praia de Jacuípe, Anderson Carvalho se encosta no balcão na barraca onde vende bebidas e petiscos no fim de semana, mas cujo movimento caiu nas últimas semanas.

Abre uma garrafa de cerveja para si e lamenta: “Não tem muito a fazer não. Estamos aí, na mão de Deus e na boca do povo”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 01/11/2019****Seção: Especial****Autor: Phillippe Watanabe****Título: Justiça manda União integrar estados em plano para conter óleo**

Tribunal Regional Federal da 5ª Região diz que a não participação dos estados viola regra do plano nacional

O TRF-5 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região) decidiu que a União deve integrar os estados afetados pelo vazamento de óleo às ações do PNC (Plano Nacional de Contingência Para Incidentes de Poluição por Óleo) com urgência.

A decisão é relativa à ação movida pelo MPF (Ministério Público Federal) que afirmava que o plano nacional de contingência não foi ativado.

O PNC foi instituído durante o governo Dilma Rousseff (PT) e tem o objetivo de preparar o país para casos de desastres com óleo. O plano determinar a organização de órgãos do governo e a definição de procedimentos para atuação conjunta de agentes públicos na resposta a possíveis incidentes com petróleo.

De acordo com o juiz federal Carlos Vinicius Calheiros Nobre, o acionamento do PNC, “sob o ponto de vista formal, e a despeito de ter ocorrido somente em outubro”, já aconteceu. Ele também afirma que a ativação não é um fim em si, e que, portanto, o enfrentamento do problema depende das medidas práticas implementadas.

No entanto, o magistrado diz que a União não cumpriu uma parte do plano que diz respeito à composição do comitê de suporte do PNC, que deveria ter representantes do órgão estadual do Meio Ambiente de cada estado afetado.

Como a Folha mostrou, os comitês do plano foram extintos pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) em abril.

A decisão do TRF-5 determina que, em até 48 horas, seja feito convite para que os representantes do estado participem do plano, com multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento.

A ação inicial do Ministério Público acusava o governo de omissão quanto às manchas de óleo que surgem no Nordeste. Segundo a Procuradoria, a União se encontrava inerte, ineficiente e ineficaz, protelava medidas protetivas e não atuava de forma articulada na região atingida.

Críticas semelhantes e relacionadas à demora na ação do governo têm sido feitas por especialistas e ambientalistas.

Além disso, o passo a passo do manual elaborado para determinar se o plano nacional deve ou não ser acionado mostra que o governo demorou a agir, mesmo com o agravamento das manchas.

O manual elenca 35 perguntas que ajudam na determinação da magnitude do problema e na necessidade ou não de dar prosseguimento ao plano.

Quando o plano é oficialmente acionado, um coordenador operacional é designado para acompanhar o vazamento, o que só foi feito em 11 de outubro pelo ministro Ricardo Salles, 43 dias após o início das manchas

A Justiça Federal de Sergipe havia dado uma decisão desfavorável quanto à ação inicial, que acusava o governo de omissão. O MPF, então, entrou com recurso no qual listava dez pontos que buscavam mostrar que a União ainda não tinha ativado o PNC.

O recurso também afirmava que o comitê de suporte do PNC, composto por 17 órgãos, entre eles a Casa Civil da Presidência da República e outros ministérios do governo federal, ainda não foi sequer reunido. Citava também a ausência dos nove estados nordestinos no comitê.

As manchas de óleo, que tiveram início em 30 de agosto na Paraíba, já atingiram 283 locais em 98 cidades dos nove estados nordestinos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Especial

Autor: Beatriz Sanz

Título: Partido Novo decide suspender temporariamente Ricardo Salles

O Novo comunicou hoje a seus filiados a suspensão temporária de Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, de seus quadros. A informação foi divulgada a integrantes do partido e confirmada ao UOL pela assessoria da sigla.

A suspensão foi determinada pela Comissão Nacional de Ética Partidária, conforme o estatuto do Novo.

Salles está suspenso até o julgamento final de denúncia apresentada perante a comissão, conforme requerimento protocolado em agosto deste ano, após as queimadas na Amazônia e antes da crise com o vazamento de óleo no Nordeste.

“O Novo informa que a Comissão Nacional de Ética Partidária, no exercício de suas atribuições, conforme determina o Estatuto do Novo nos artigos 19 e 72, inciso cinco, suspendeu, em caráter liminar, a filiação do Sr. Ricardo de Aquino Salles, conforme previsto no parágrafo segundo, alínea ‘b’ do artigo 21 do estatuto, até o julgamento final da denúncia apresentada perante a comissão.”

O pedido de suspensão de Salles questiona a atuação dele como ministro. Entre outros fatos, o integrante do governo Bolsonaro já relativizou o aquecimento global e questionou dados sobre o desmatamento da Amazônia. Mais recentemente, culpou o Greenpeace pelo vazamento de óleo que tem atingido o Nordeste desde o mês passado.

“Entendemos que Salles tem atuado com grande convicção na adoção de condutas divergentes com os programas do partido Novo no tema ambiental, demitindo profissionais qualificados, desdenhando de dados científicos e revogando políticas públicas sem debate prévio”, afirmou no Twitter o deputado Chico Bulhões (Novo-RJ), um dos autores do pedido de suspensão do ministro.

Conforme o estatuto do partido, Salles vai a julgamento por “risco de dano grave e difícil reparação à imagem e reputação do Novo”.

Salles se candidatou a deputado federal em 2018, mas não foi eleito. Antes, foi secretário estadual do Meio Ambiente em São Paulo, entre 2016 e 2017, na gestão Geraldo Alckmin (PSDB).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/11/2019

Seção: Poder

Autor:

Título: STF arquiva pedido para indenizar índios atingidos pela ditadura

A pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, o ministro relator do caso no STF, Alexandre de Moraes, extinguiu nesta quarta (30), sem julgamento do mérito, a ação ajuizada pela ex-procuradora-geral Raquel Dodge que pedia indenização para indígenas guaranis atingidos pela construção da hidrelétrica Itaipu durante a ditadura militar (1964-1985).

A ação foi ajuizada por Dodge em setembro, a poucos dias do final do seu mandato. O novo PGR pediu o arquivamento na última segunda (28).

Na última hora, os indígenas, representados pela Comissão Guarani Yvyrupa, ainda peticionaram nos autos para pedir que o Supremo garantisse o andamento da ação e aceitasse a inclusão deles nos autos como parte

interessada, mas o ministro não chegou a mencionar a peça na sua decisão de arquivamento.

Ao pedir a extinção do processo, Aras argumentou que são necessários mais estudos e que o assunto é complexo.

Na sua petição, os indígenas disseram que é “contraintuitivo que o inquérito civil, iniciado há mais de dez anos, em 2008 [...], demande mais estudos prévios”.

Para os indígenas, a extinção da ação “poderia ser interpretada, por um lado, como desperdício do dinheiro público, ofensa aos princípios da economia e celeridade processual, mas por outro lado transparece completo desrespeito com o povo avá-guarani já historicamente vilipendiado”.

Os guaranis mencionam que há poucos sobreviventes da época da construção de Itaipu e eles precisam ser ouvidos pelo Judiciário.

“Estima-se que dos 36 que testemunharam a construção da UHE [Itaipu] apenas 12 ainda estão vivos. [...] Os impactos da hidrelétrica, como bem se aponta na petição inicial da PGR, abrangeram uma esfera ampla a atingir a população de toda acostado rio Paraná, no oeste do estado como um todo”, afirmou a Comissão Yvyrupa. Rubens Valente

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Ainda o sucesso da Cessão Onerosa

A desistência das gigantes BP e Total de participarem do leilão da cessão onerosa, dia 6, reforça a preocupação, ainda minoritária no setor, de que a ANP pode não vender os quatro blocos e recolher os tais R\$ 106,5 bilhões. Para Décio Oddone, diretor da ANP, o sucesso dos últimos leilões nos deixou “mal-acostumados”. Diz que, em 2016, houve leilões em 82 países. O total em bônus foi de US\$ 9,5 bi. Mas só os 72 blocos aqui renderam US\$ 7,5 bi.

“As médias no pré-sal têm sido bem maiores, mas qualquer coisa abaixo de 100% gera questionamentos sobre o sucesso. É uma espécie de complexo de vira-lata, como diria o Nelson Rodrigues’.

Como a Petrobras já declarou interesse em dois blocos, isso assegura uma arrecadação mínima de R\$ 70 bi, o que é não é pouco.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/11/2019****Seção: Sociedade****Autor: JOHANNES ELLER E RENATO GRANDELLE****Título: Óleo no Nordeste: Cientistas recomendam cautela a banhistas e consumidores de peixe**

Em meio ao avanço do óleo em pontos turísticos nordestinos — ontem, as manchas chegaram a Porto Seguro (BA), atingindo Arraial d'Ajuda e Trancoso —, pesquisadores pedem cautela a banhistas e consumidores e rebatem tentativas do governo de garantir a segurança das praias e dos peixes.

Cientistas condenam a liberação da pesca de lagosta e camarão, que havia sido suspensa pelo Ministério da Agricultura, e o tom suave adotado pela pasta da Saúde ao definir os potenciais estragos provocados pela substância que invadiu as praias.

O óleo que chegou ao Nordeste é formado por uma mistura de hidrocarbonetos, entre eles o benzeno, que é cancerígeno, destaca Jorge Machado, médico sanitário da Fiocruz. A contaminação pelas substâncias tóxicas pode ocorrer por sua ingestão, inalação ou absorção pela pele.

Na semana passada, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, reconheceu o dano da substância. Na última quarta-feira, porém, ponderou que ainda não haveria evidências para corroborar que o óleo é prejudicial à saúde.

— As substâncias presentes no óleo podem provocar tonteira, encefalia, vômito, conjuntivite, até câncer — ressalta Machado. — A exposição da população a esse produto deve ser reduzida ao mínimo. Quem chegar perto deve usar roupas protetoras e depois descartá-las. Por isso, recomendo que os voluntários sejam cada vez menos usados na limpeza das praias. O ideal é empregar máquinas.

Para Djalma Ribeiro da Silva, professor do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), as praias potiguares receberam baixa concentração de óleo, se comparada a estados vizinhos. É, no entanto, o suficiente para preocupar a população — que, em sua avaliação, ainda não foi devidamente informada.

— Recebemos muitos restaurantes querendo examinar peixes, porque a procura pelo comércio teve uma queda brusca — relata. — Para a população, não adianta dizer que não tem problema. É preciso mostrar um laudo.

Ontem, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, desistiu de suspender a pesca de lagostas e camarões em locais afetados pelo óleo no Nordeste, medida que havia anunciado na véspera. A ministra afirmou que “novos dados”, sem especificá-los, mostram que não há necessidade de proibição. Tereza Cristina, assim como Mandetta, assegurou que não há “nada no laboratório” que mostre que o óleo é tóxico.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Paulo Pena condena as declarações dos ministros.

— É uma irresponsabilidade negar que estamos lidando com um produto extremamente tóxico — sublinha. — O governo deveria decretar estado de emergência em saúde pública, disponibilizando mais recursos humanos, econômicos e laboratórios para mapear as praias atingidas, as comunidades pesqueiras afetadas e a toxicidade do óleo.

Segundo os pesquisadores, ninguém deve se banhar nas praias ou se alimentar de peixes que têm ou tiveram registro de óleo, mesmo que aparentemente limpos.

— Por prudência, não é recomendado — pondera Pena. — O óleo passou por águas rasas e profundas e pode ter se diluído na areia. Também é possível ver os resíduos da substância nos manguezais, onde trabalham os pescadores.

AÇÃO DE VIGILÂNCIA

Uma carta elaborada por cientistas da UFBA destacou que, embora milhões de pessoas frequentem praias e consumam pescados e mariscos, ainda não houve uma “ação efetiva do Sistema de Vigilância em Saúde para garantir segurança alimentar e nutricional a essa população”. Os componentes do óleo penetram o organismo dos animais e, por isso, podem contaminar quem os ingerir. O documento, endossado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), recomenda a interdição das atividades de pesca e mariscagem nas áreas oleadas e a mobilização de unidades do SUS para orientar os consumidores.

Procurado pelo GLOBO, o Ministério da Saúde afirmou que Mandetta sustenta que “não foram encontrados elementos que comprovem risco à saúde pública”: “O ministério sabe que produtos derivados do petróleo, como o benzeno, são prejudiciais à saúde, mas reforça que sua concentração no petróleo bruto como encontrado neste momento pode variar de menos de 0,5% a 4% do total. Portanto, para uma exposição ao benzeno, considera-se que o risco seja baixo, até o momento”

Os ministérios da Agricultura e do Turismo não responderam à reportagem.

Em transmissão ao vivo em rede social, ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse que “já está mais do que comprovado que o óleo é da Venezuela” e que “talvez consiga um tempo para ir na região” para “dizer que estamos realmente preocupados com o Nordeste”. A seu lado, o secretário da Pesca e Aquicultura, Jorge Seif Júnior, afirmou que os pescados brasileiros foram testados e são “perfeitamente” seguros para consumo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/11/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Divergência na origem do óleo

Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão voltaram a divergir, dessa vez sobre a possibilidade de anunciar, em breve, de onde viria o petróleo que polui o litoral nordestino. Na quarta-feira, o vice-presidente — ainda na condição de presidente em exercício — disse que havia “uma boa chance” de apresentar o desfecho da investigação nesta semana e teorizou que o derramamento seria uma “ejeção de porão” — despejo de óleo no mar para aumentar a estabilidade da embarcação ao navegar. Porém, ontem, o presidente afirmou que está difícil descobrir a origem do óleo.

“Ninguém sabe a origem ainda. Diminuiu bastante a possibilidade de se encontrar e ter um responsável. Não temos nada de concreto. De modo que nada podemos anunciar”, afirmou, na saída do Palácio do Planalto.

Já o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, admitiu ontem que as manchas podem chegar ao Sudeste, o que corrobora as observações do cientista José Carlos Seoane, do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele avisou a detecção de uma grande mancha de óleo no litoral sul da Bahia.

Mas, na quarta-feira, depois de divulgar imagens e análises técnicas do que seria a mancha a cerca de 54 quilômetros do litoral baiano, a Marinha negou que fosse óleo. O Ibama até emitiu nota técnica atribuindo a imagem a registros meteorológicos — mas, ontem, reconheceu o avanço da substância rumo a Santa Cruz de Cabrália (BA).

Diante da possibilidade cada vez maior de o óleo chegar ao Sudeste, o governo do Estado de São Paulo constituiu um grupo de trabalho caso a mancha se aproxime do litoral paulista.

Pesca liberada

O Ministério da Agricultura recuou e liberou a pesca de camarão e lagosta no Nordeste, um dia após anunciar o veto à atividade. A justificativa foi de que o governo federal não apresentou estudos técnicos que motivassem a proibição. Cientistas têm alertado para riscos de contaminação em peixes e frutos do mar, e um estudo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) já apontou resquícios do poluente nesses animais. Em nota, a ministra Tereza Cristina informou que a instrução normativa publicada esta semana, que antecipava para 1º de novembro o período de defeso de camarão e lagosta, será cancelada.

Pesquisa da UFBA, divulgada na semana passada, detectou resquícios de óleo em 38 animais marinhos de várias espécies. Os cientistas acharam metais pesados nas amostras, o que pode causar danos à saúde humana.

Novo suspende ministro Salles

A Comissão de Ética do partido Novo decidiu suspender a filiação do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A decisão foi divulgada pelo partido ontem, que em nota cita dispositivo de seu estatuto que prevê suspensão em caráter liminar (temporário) quando há “risco de dano grave e de difícil reparação à imagem e reputação do Novo”. A decisão foi tomada dentro do processo que analisa a expulsão de Salles, solicitada pelo deputado estadual Chicão Bulhões, do Rio. O ministro tem sido alvo de críticas por suas declarações controversas e pela sua atuação diante da crise do desmatamento e das ações de monitoramento e retirada do óleo no Nordeste. Salles não foi indicação do partido para o Ministério.

MME / ASCOM .